

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I – OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>19</b>
1 Conceito de princípio	20
1.1 História de sua juridicidade	20
1.2 Tipologia das normas constitucionais: princípios e regras	27
1.3 Elementos para uma definição	31
2 Funções da norma-princípio	34
2.1 Função sistematizadora	34
2.2 Função interpretativa	36
2.3 Função supletivo-normativa	39
<b>CAPÍTULO II – OS PRINCÍPIOS DO ENSINO NA HISTÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO</b>	<b>51</b>
1 O contexto à elaboração das Constituições Brasileiras	53
1.1 Independência do Brasil e Constituinte de 1823	53
1.2 Proclamação da República e Constituinte de 1890	56
1.3 Revoluções de 1930, 1932 e Constituinte de 1933	57
1.4 Autoritarismo e outorga da Constituição de 1937	62

1.5 Democratização do pós-guerra e a Constituinte de 1946	65
1.6 Revolução de 1964, Constituinte de 1966 e surgimento da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969	70
2 Liberdade para o ensino, a aprendizagem e a pesquisa	78
2.1 Panorama sob a égide da Constituição de 1824	78
2.2 Situação sob o domínio das Constituições de 1891, 1934 e 1946	82
2.3 Visão nas Constituições de 1937, 1967 e Emenda n.º 1, de 1969	92
3 Igualdade de oportunidades para a aprendizagem	97
3.1 Realidade no Constitucionalismo do Império	97
3.2 Ocorrência no Constitucionalismo Republicano Democrático	98
3.3 Situação no Constitucionalismo Republicano Autocrático	101
4 Gestão descentralizada da educação escolar	107
4.1 Panorama no Brasil Imperial	107
4.2 Análise na República Brasileira Democrática	109
4.3 Visão no Brasil Republicano Ditatorial	115
5 Adequado padrão de qualidade do ensino	119
5.1 Existência no Constitucionalismo do Império	119
5.2 Configuração nas Constituições Republicanas Democráticas	120
5.3 Desenho nas Constituições Republicanas Autocráticas	124
6 Formação para o trabalho e a cidadania	127
6.1 Conceito na Constituição de 1824	127
6.2 Situação nas Constituições de 1891, 1934 e 1946	128
6.3 Realidade nas Constituições de 1937, 1967 e Emenda n.º 1, de 1969	130

### **CAPÍTULO III – VISÃO DOS PRINCÍPIOS DO ENSINO NO**

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO**

1 Os princípios do ensino na Constituição da Itália (1947)	136
2 Os princípios do ensino na Constituição de Portugal (1976)	139
3 Os princípios do ensino na Constituição da Espanha (1978)	145



<b>CAPÍTULO IV – OS PRINCÍPIOS DO ENSINO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b>	<b>151</b>
1 O subsistema constitucional da educação	152
1.1 Concepção constitucional da educação e do ensino: fundamento filosófico, ambiente histórico e significação	152
1.2 Educação: direito fundamental	163
1.3 Os princípios do ensino na configuração do subsistema e do direito constitucional de educação	169
2 A interpretação dos princípios constitucionais do ensino	171
2.1 Obediência à hermenêutica constitucional	171
2.2 Harmonia com as ciências da educação	173
2.3 Imputação de relevância à interpretação dos conselhos de educação	174
2.4 Coadunação entre as diretrizes e bases nacionais da educação e as peculiaridades regionais e locais	176
2.5 Mínimo existencial e reserva do possível: a interpretação em benefício do indivíduo e da sociedade	182
3 Os princípios constitucionais do ensino no Brasil	186
3.1 A dignidade da pessoa humana como valor fundante	186
3.2 Liberdade para o ensino, a aprendizagem e a pesquisa	187
3.3 Igualdade de oportunidades para a aprendizagem	191
3.4 Gestão descentralizada e democrática do ensino	196
3.5 Adequado padrão de qualidade do ensino	198
3.6 Formação para o pleno desenvolvimento da pessoa, qualificação laboral e o exercício da cidadania	203

<b>CAPÍTULO V – EFEITOS DA INFRAÇÃO A PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ENSINO PELO ESTADO</b>	<b>205</b>
1 Princípios constitucionais do ensino e inconstitucionalidade	207
1.1 As ações declaratória de constitucionalidade e direta de inconstitucionalidade	207
1.2 O recurso extraordinário	215
1.3 A reclamação	220



2	Princípios constitucionais do ensino e seu descumprimento	222
2.1	Os princípios constitucionais do ensino como preceitos fundamentais	222
2.2	A arguição de descumprimento de preceito fundamental	225
3	Responsabilidade civil do Estado por violação a princípio constitucional do ensino	228
3.1	Aspectos constitucionais da responsabilidade civil	228
3.2	Rudimentos da responsabilidade civil na legislação infraconstitucional	232
3.3	Responsabilidade civil por infração a princípio constitucional do ensino	236
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>241</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>247</b>
	<b>APÊNDICE: Dispositivos constitucionais aplicáveis à educação escolar</b>	<b>287</b>
1	Constituição Política do Império do Brasil (1824) e Ato Adicional (Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834)	287
2	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)	289
3	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)	291
4	Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937) e Decreto-Lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939	296
5	Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)	300
6	Constituição da República Federativa do Brasil (1967 – alterada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 1969)	304
7	Constituição da República Federativa do Brasil (1988)	308
8	Costituzione della Repubblica italiana (1947)	314
9	Constituição da República Portuguesa (1976)	315
10	Constitución Española (1978)	317